

OFICINA REGIONAL DA ABEPSS - REGIONAL SUL I

Data: 13 e 14/08

MESA 1: FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL: PRECARIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO.

Jucimeri Isolda Silveira
CRESS 11ª Região PR / PUCPR

A construção hegemônica dos princípios e compromissos ético-político do serviço social brasileiro é reveladora de uma densa produção teórica, expressão da organização, sobretudo, dos programas de pós-graduação e das diretrizes curriculares para a graduação, com interlocução e incidência de referências teórico-metodológicas que nos habilitaram à produção significativa de conhecimentos, privilegiando a análise histórico-crítica sobre as contradições da sociedade, as relações de classe, a configuração do Estado e das políticas sociais, na perspectiva não só da consolidação de direitos constitucionalizados, mas da saturação ideo-política da realidade na direção da emancipação humana. Portanto, como bem sabemos, *a formação é parte constitutiva e basilar do projeto profissional.*

Uma outra dimensão que dá materialidade ao projeto é a *aliança política e programática das entidades legítimas da categoria*: CFESS/CRESS (defesa e fiscalização do exercício profissional); ABEPSS (ensino profissional); e ENESSO (movimento estudantil). Entidades que construíram um movimento político que contribuiu para a organização de uma nova cultura profissional. Esta, vincula exercício profissional com a construção e gestão do acesso aos direitos. Uma construção que, neste sentido, nos legitimou como intervenção qualificada para a análise e resposta técnico-política às necessidades humanas, considerando as determinações da questão social. Nossa trajetória, até então, é prova inequívoca da luta da categoria no campo democrático-popular, da atuação político-profissional protagônica e estratégica na hegemonização dos espaços sócio-institucionais.

Nosso acúmulo teórico-político, com interlocução profícua com as Ciências Sociais e com a organização política, nos posicionou como profissão interventiva no âmbito das políticas sociais, no chão da história social, pela identificação das complexas mediações políticas e econômicas e das potencialidades de interferência concreta nos processos, considerando determinações, relações de força e poder, contradições. O pluralismo

construído com direção tem como eixo o pensamento crítico em Marx e o marxismo, para a convergência dos conteúdos, dinamização política, produção de conhecimentos. Avançamos muito da reflexão sobre trabalho, questão social e políticas sociais.

As investidas conservadoras na formação, mediadas pela mercantilização do ensino, o que resulta em flexibilização dos currículos e desterritorialização do ensino, para acompanhar as metas dos organismos financeiros internacionais e o movimento de reorganização espacial do trabalho, resultam em aligeiramento do ensino, superficialidade e dicotomização entre ensino, pesquisa e extensão.

O processo de precarização da formação, sob a égide do capital, traz rebatimentos no exercício profissional dos assistentes sociais, sobretudo no perfil da categoria que antecipadamente já sinaliza pragmatismo, desqualificação e despolitização. Na presente conjuntura, colocam-se em evidência as ameaças à hegemonia do projeto ético-político-profissional, e um contexto de restrição dos direitos e das políticas públicas, tendo em vista as necessidades humanas, requisitando dois movimentos que se relacionam: primeiro o fortalecimento das estratégias de resistência, no campo das alianças programáticas com os movimentos de resistência ao capital, que transcendem o foco de atuação profissional, por meio da reafirmação de princípios traduzidos nos compromissos com a luta coletiva da classe trabalhadora; e segundo a construção de estratégias consistentes no âmbito da legitimidade do conjunto do conjunto CFESS/CRESS, na defesa, regulamentação e fiscalização do exercício profissional, que produzam impactos políticos e regulatórios de defesa e valorização da profissão e qualifiquem o exercício profissional.

A precarização possui, portanto, contornos e impactos nas relações e condições de trabalho, e na formação profissional. O enfrentamento das ameaças ao projeto ético-político-profissional deve localizar a profissão como central, na contra-tendência da desregulamentação. Estamos antecipando a criação de uma nova profissão dadas às condições materiais de efetivação do projeto profissional. Neste sentido, é um enfrentamento que exige a reafirmação do projeto, dos avanços e prerrogativas profissionais. As estratégias devem combinar direção política e regulatória. O que divide o serviço social no mesmo campo (o que nos enfraquece) é a divergência quanto a possibilidade de produzirmos novos mecanismos normativo-jurídicos em defesa da profissão.

Até então, o Serviço Social tem se mantido resistente ao conservadorismo predominante na sociedade, e que penetra com novas roupagens na formação e no exercício profissional pragmático ou atualizador de modalidades interventivas tradicionais.

A dimensão político-normativo-jurídica do serviço social, que na atualidade expressa ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo na profissão, é parte constitutiva fundamental do projeto profissional por concretizar princípios, garantir prerrogativas e reforçar a legitimidade da profissão no campo dos direitos e das políticas públicas. Esta dimensão estabelece uma relação entre a legislação profissional e o arcabouço da legislação social e dos direitos humanos. O Código de Ética expressa o avanço histórico, a Lei nº 8662 possui imperfeições jurídicas e pode ser melhor particularizada em outros instrumentos que aprofundem aspectos, como matéria privativa em tempo de desregulamentação, e relacione competências e atribuições com a realidade dos particularidades profissionais.

O processo histórico de ruptura com o lastro conservador e o tradicionalismo no Serviço Social dependeu, essencialmente, da afirmação de princípios ético-políticos do campo democrático-popular que, dentre outros resultados e processos, desvelou a falsa neutralidade ideopolítica na atuação dos profissionais, impulsionando a visibilidade da dimensão sócio-política de uma profissão que intervém nos processos sociais, tendo como substrato a própria realidade.

O sentido do projeto ético-político na contemporaneidade, diante de um cenário de afirmação do paradigma da flexibilização (relações de trabalho, consumo, produção e direitos), independente das questões teóricas que circunscrevem a incorporação pela profissão do significado da emancipação política e humana, de uma nova sociabilidade, pelo efeito concreto da hegemonia, traduz uma assimilação, ainda que muitas vezes “instrumental”, do termo ético-político, dos princípios e, especialmente, do trabalho profissional no campo dos direitos. Tal tendência, com centralidade no exercício profissional, apresenta uma relação direta com a requisição histórica do trabalho do assistente social, vinculado ao processo de regulamentação e implementação das políticas sociais no Brasil, e da direção política da categoria.

O eixo de reconfiguração do perfil e da imagem da profissão no Brasil comporta, especialmente, a relação dos assistentes sociais com a construção e viabilização de direitos emanados da “vocalização” pública das necessidades humanas reguladas pelo Estado e dos interesses dos trabalhadores. Cena

pública que é imbricada pelas determinações relacionadas aos processos transformistas para a garantia da acumulação capitalista e reversão das crises orgânicas, e da resistência e organização de classe. Até porque, na recusa de visões endógenas e unilaterais, a profissão participa tanto do processo de reprodução das relações sociais, quanto da criação e do fortalecimento, com inserção político-pedagógica, de novas bases ideo-políticas transformadoras em resposta à questão social.

Considerando incorporação, ainda frágil, do projeto ético-político no exercício profissional; a tradução muitas vezes “rearranjada” das Diretrizes Curriculares em cursos de graduação presencial, que carecem de maior profundidade e implementação; os rebatimentos da reforma do ensino superior transfigurada na universalização do direito à educação, com propósito de massificação e com efeitos evidentes de desqualificação e despolitização, o que se coloca em evidência é o sentido concreto do projeto ético-político no exercício profissional. Prevalece no corpo profissional uma relação do exercício profissional com os princípios éticos da profissão. Este elemento concreto, mesmo considerando as fragilidades no entendimento da concretização e viabilização do projeto ético-político e profissional expressa uma importante potencialidade que desafia as entidades da categoria, que para não sucumbirem diante da aparente impossibilidade devem articular forças democráticas e a categoria.

Agenda político-programática e estratégias

1. Reafirmação das diretrizes curriculares com fortalecimento da direção política e interferência nos mecanismos de avaliação junto ao INEP/MEC, em resistência à precarização da formação e formas de flexibilização como o REUNI.
2. Implantação da Política Nacional de Fiscalização pelo conjunto CFESS/CRESS, com destaque: produção de novos parâmetros político-normativos na relação entre Serviço Social e saúde, educação, assistência social e sócio-jurídico; implantação da resolução nº 493/06 sobre condições éticas e técnicas; aprovação e implementação da resolução sobre supervisão de estágio direta, acompanhada de uma política nacional de estágio (ABEPSS); aprofundamento do debate sobre reconhecimento de especialidades em serviço social; fortalecimento da dimensão político-pedagógica.
3. Elaboração de uma Política Nacional de Estágio supervisionado pela ABEPSS, com participação das Unidades de Ensino.

4. Aprimoramento dos mecanismos de fiscalização nas unidades de ensino, com produção de referências ético-políticas e normativas, com novas estratégias de regionalização das orientações dos CRESS.
5. Debate e posicionamento sobre exame de proficiência no serviço social. Realização dos encontros regionais e encontro nacional. Posição favorável implica na alteração da Lei 8662/93, como está em processo no estabelecimento da carga horária de 30h semanais. Ou adoção de outro mecanismo de aferição e interferência no exercício profissional, o que não implica em punição, mas reforço ao trabalho político-pedagógico dos CRESS;
6. Elaboração e implantação da Política Nacional de Capacitação, reunindo estratégias como: aproximação das Unidades de Ensino creditadas pela ABEPSS, organização conjunta de especializações e aperfeiçoamentos, descentralização das capacitações.
7. Fortalecimento da aliança com movimentos democráticos e populares. Adoção de novas estratégias que reforcem a legitimidade profissional, com núcleos de defesa de direitos, com produção de conhecimento em articulação com as unidades de ensino, potencialização de redes e monitoramento da garantia de direitos.

Esta agenda tem como referência parte das deliberações do conjunto CFESS/CRESS e as ações estratégicas da atual gestão do CRESSPR que estabeleceu como eixo articulador as *“condições de trabalho e organização política da categoria”*.

A reversão das tendências evidentes da conjuntura supõe ações político-institucionais em defesa da profissão, com fortalecimento das entidades representativas, apostando-se na história construída, na resistência e na luta coletiva. Assim, o enraizamento do projeto ético-político na profissão e na sociedade depende, “mais do que nunca”, de uma formação consistente e crítica e da atividade democrática das entidades representativas aliadas às lutas gerais da classe trabalhadora.